

projeto de aumento dos militares, em que pese tenhamos insi-tido que tivesse uma audiência pública.

Se a gente construir aqui uma audiência pública que traga a Apamagis, que traga a OAB, que traga um representante do Tribunal de Justiça, eu tenho certeza absoluta, até porque a representante da Apamagis, a representante da OAB, mesmo a do Tribunal, todas elas são qualificadas.

Deram uma oportunidade importante para o Colégio de Líderes, mas não tinha o contraditório. Tinha a fala de um, a fala do outro e a fala do terceiro. Se construirmos uma audiência pública, teremos as falas no mesmo ambiente.

E, como disse o deputado, se não me engano, o Rômulo ou o Maurici, ou o Luiz Claudio Marcolino, nós temos que ouvir, inclusive, as pessoas que podem ser atingidas diretamente, por exemplo, deputado Dr. Jorge, os advogados.

Vamos fazer uma audiência pública para quem é atingido diretamente, até para que a gente possa ouvi-los, porque aqui a gente ouviu os pedaços. Nós precisamos ouvir o todo. Então nós construímos, com o presidente desta Casa, o deputado André do Prado, a possibilidade de uma audiência pública. Acho um passo importante, um gesto importante. Agora, é preciso garantir a presença das partes e também a presença do público interessado.

Sabe por que estou dizendo isso? Porque, deputado Luiz Claudio Marcolino, é só olhar o que está rolando nas redes da Assembleia hoje. Estava falando com o deputado, ele falou: “Olha, o pessoal lá no Youtube está dizendo que é um absurdo, não pode votar”. Bom, então vamos trazer o pessoal, inclusive para dizer quais são as preocupações, porque aqui alguns são advogados, não todos.

Eu nem sei, Sr. Presidente, se nós temos aqui um levantamento de quantos aqui são advogados. Mas não acho que serão, com certeza, maioria, porque temos aqui outras categorias que se representam, que foram eleitos. Então acho que era importante, porque aqui a gente tem uma parte, nós precisamos do todo. O todo é importante. Pois não, deputado.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Eu queria pedir uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - PAULO CORREA JR - PSD - É regimental. Constatado o quórum, devolvo a palavra ao orador, deputado Paulo Fiorilo. Devolvo a palavra ao orador Paulo Fiorilo, constatando quórum.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu não constato quórum, então eu peço verificação.

O SR. PRESIDENTE - PAULO CORREA JR - PSD - Agora, no momento sim, deputado, mas no momento que o senhor solici-tou havia quórum. Então, é regimental.

\* \* \*
- Assume a Presidência o Sr. André do Prado.
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Convido então a deputada Fabiana Barroso, já está aqui do nosso lado, e convido também a deputada Valeria Bolsonaro, que está aden-trando aqui a escada para 100% de mulheres aqui na nossa chamada, na verificação de presença.

\* \* \*
- Verificação de presença.
\* \* \*

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - Pela ordem, presiden-te. Só para confirmar qual horário que termina a sessão?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Termina às 19 horas, deputado Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - 19 horas?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - 19 horas.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado quórum regimental, devolvo a palavra para o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, para retomar aqui o meu raciocínio lógico, aristotélico, é possível a gente avançar, e eu acho que a gente tem condições de avançar. Falei, inclusive, isso ao deputado Xerife do Consumidor numa audiência pública com a apresentação das várias visões que nós tivemos a oportunidade de colher individualmente.

E aí, tiradas as dúvidas, quem sabe - e eu espero e acredito - a gente pode construir um projeto que possa dialogar com o TJ, com a OAB, com a Apamagis e com essa Casa.

Acho que esse pode, e deve ser o maior ganho na discussão desse projeto. E tenho certeza que o exemplo desse projeto de construir uma audiência pública pode evitar que nos próximos projetos a gente já antecipe as audiências públicas, construindo um amplo debate com as partes.

Possivelmente ainda receberemos aqui nesta Casa projetos mais polêmicos, muito mais polêmicos. Por exemplo, a questão da Educação, que o secretário anunciou que quer reduzir em 5% as verbas da Educação e transferir para a Saúde.

Esse é um projeto extremamente polêmico que o governo deveria preparar audiências públicas. Aliás, já quero deixar essa sugestão para que a gente não venha para cá sem as audiências públicas, chamada pelas comissões pertinentes, antes que se aprove urgência para que a gente possa discutir e melhorar, ou dizer que nós não aceitamos um projeto com esse recorte.

Há uma grande possibilidade de avançarmos. Acho até que hoje quem estava no Colégio de Líderes, deputada Moni-ca, deputado Gilmaci, deputado Rui, deputado Altair, Barros Munhoz e outros deputados que estavam lá acompanharam a exposição feita pela Dra. Vanessa, importantíssima, elucidativa e que traz, inclusive, alguns caminhos para que a gente pudesse construir esse substitutivo ou uma outra proposta que contem-ple todo mundo.

Eu, como disse aqui, para terminar, nós, na legislatura passada, tivemos várias discussões, é verdade, mas não conseguimos avançar, talvez porque ainda haja, como percebemos, muitas dúvidas e que poderiam ser dirimidas, e quem sabe melhorar esse projeto de lei para fazer com que aqui todo mundo esteja confortável para fazer o seu voto sem nenhuma dificuldade, logo depois da audiência pública.

Acho que esse é o pedido que eu queria deixar, insistir nesse método, que eu acho que é o método mais construti-vo possível, para que a gente possa avançar no debate, nas sugestões, até porque esta Casa, com os vários deputados e deputadas, tanto os novos, que estão chegando, como aqueles que já estão aqui, tem todas as condições de contribuir para um projeto de qualidade, desse nível, que precisa ser aprimorado.

Então, Sr. Presidente, é isso.

Queria deixar esse apelo para que a gente pudesse avançar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequê-ncia à lista de oradores escritos, com a palavra, para discutir contra, o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente e telespectador da TV Assembleia, primeiramente, eu quero repudiar veementemente a tentativa do Centrão e, também, dos promotores do desmatamento, dos assassinos do meio ambiente, de tentar aprovar o PL 490, o Marco Temporal, que representa um verdadeiro ataque às comunidades indíge-nas, representa a permissão para a grilagem, para o desma-tamento, para a destruição do meio ambiente e para o fim da demarcação de terras indígenas no Brasil.

É um dos maiores retrocessos da nossa história. Nós não podemos permitir esse crime contra as populações indígenas. Nós acabamos de sair de um genocídio que ganhou as páginas do mundo inteiro, dos principais jornais, que foi o genocídio yanomami. Todo mundo acompanhou isso.

E no momento, ainda, em que o Brasil vai sediar, houve o anúncio de que o Brasil vai sediar a COP de 2025 no estado do Pará, na cidade de Belém. No entanto, os promotores do desmatamento, os assassinos do meio ambiente e das comuni-

dades indígenas estão promovendo, neste momento, na Câmara dos Deputados, a tentativa de aprovar o Marco Temporal, o PL 490, promovendo um verdadeiro retrocesso na área ambiental do Brasil.

Então todo o nosso repúdio. Que a população pressione os deputados federais, sobretudo esses que representam o desma-tamento, que representam o “ogronegócio” predador do Brasil, esses aliados desses setores que estão promovendo neste momento esse retrocesso, esse crime no nosso País.

É importante que a população pressione os partidos que estão promovendo, que estão apoiando esse crime de lesa-humanidade e contra o meio ambiente também e os depu-tados aqui em São Paulo, sobretudo os 70 deputados federais eleitos pelo povo de São Paulo, pelos 45 milhões de habitantes, que eles sejam cobrados um a um.

Faço também um apelo, aqui, aos deputados estaduais que têm vínculos com esses deputados, que façam gestões para que eles votem contrariamente a esse projeto que talvez entre em debate, em votação, hoje, na Câmara dos Deputados.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero dizer que, primeiro, tem uma proposta, me parece, de uma audiência pública para deba-ter o PL 752. Eu queria esclarecer que nós já realizamos várias audiências públicas, deputado Maurici, aqui sobre o Projeto 752, deputado Jorge do Carmo. Vossas Excelências participa-ram, inclusive, desde a sua apresentação, em 2021.

Eu mesmo realizei umas duas, o deputado Emídio realizou uma outra, importante. Nós tivemos vários debates e várias audiências públicas para debater esse Projeto 752, que, na prática, cria taxas, cria impostos para a população. É isso que a Assembleia Legislativa está tentando fazer.

Vejo agora uma movimentação da base do Governo, por-que até então nós tínhamos aqui alguns representantes que estavam defendendo o projeto, talvez fazendo uma média com os desembargadores, com o Tribunal de Justiça, não sei por quê.

Mas agora estou vendo que há uma mobilização da base do Governo, que se mobiliza aqui para aprovar a urgência do PL 752. Por que será que a base do Governo faz a mobilização para aprovar esse projeto, que cria impostos, que cria taxas para o povo do estado de São Paulo?

A população será penalizada. A população vai ter mais dificuldade ainda de acessar a Justiça do nosso Estado. Sobre-tudo a população pobre, a população que vota nos deputados. Muitos deputados são eleitos com os votos das periferias das nossas cidades, pelas pessoas mais pobres.

No entanto, os deputados vão votar contra os seus próprios eleitores, contra as suas próprias bases eleitorais, os mais pobres e os mais carentes, ao votar no PL 752. É disso que se trata. O PL 752 vai criar taxas. O deputado ou a deputada que votar nesse projeto estará penalizando a população com mais taxas.

Vai ser mais difícil, repito, acessar a Justiça. Então deixo claro que nós já realizamos várias audiências públicas. O projeto é de 2021. É um projeto antipopular. Por isso que ele não foi aprovado até agora.

Olha, nós estamos vivendo aqui um dos maiores Orçamen-tos. Na verdade, um não. É o maior Orçamento do Estado de São Paulo: 315 bilhões de reais. E o Tribunal de Justiça também tem o seu maior orçamento da história. São mais de 15 bilhões de reais. Se o Tribunal de Justiça precisa de mais recursos, o Poder Executivo pode suplementar a qualquer momento.

É só o presidente do Tribunal de Justiça pedir, pressionar, usar o seu peso político, seu prestígio político. O TJ tem um peso político. E ele pode pressionar o governo a encaminhar mais recursos para o Tribunal de Justiça. Não precisa penalizar a população. Mas nós já entendemos o que está por detrás disso.

Por que agora, então, a base do Governo está mobilizada? Porque o governo não quer repassar os recursos para o Tribunal de Justiça. Essa é a explicação. Agora nós entendemos. Por isso que a base do Governo está mobilizada. Porque eles querem repassar o custo, a conta, para a população mais pobre.

É disso que se trata. O governo não tem interesse em repassar recursos para o Tribunal de Justiça. Então eles se unem agora, a base do Governo, governador Tarcísio, Tribunal de Justiça, para tentar aprovar o projeto aqui na Assembleia Legislativa. Então por isso que nós somos totalmente contra a aprovação.

Tem dinheiro no caixa. Eu agora acabei de fazer uma denúncia, inclusive acionando o próprio Tribunal de Justiça, através de uma ação popular, que entrei ontem, no TJ, aqui em São Paulo. Já apresentei também um PDL, para revogar um decreto. Eu gostaria até de passar essa informação.

Eu já falei sobre isso em alguns pronunciamentos. Mas hoje vejo que tem vários deputados da base do Governo. Então nós estamos vivendo uma renúncia fiscal jamais vista no nosso Estado.

Eu acionei agora recentemente o Tribunal de Justiça, atra-vés de uma ação popular, para revogar esse Decreto nº 67.526, desse atual governo, do Tarcísio de Freitas, que dá isenção fiscal para o setor de embalagens metálicas.

Olha só! Não sei por que esse setor vai ter isenção fiscal do Estado de São Paulo. Nós temos os números. Nós fizemos um estudo, mostrando claramente que a arrecadação do ICMS em 2021 era de 414 milhões. Com o decreto, agora, desse início de ano, do Tarcísio de Freitas, nós vamos perder aproximadamente 345 milhões de reais. Olha o absurdo!

Mas o governo penaliza a população, diminui a nossa arrecadação para beneficiar setores econômicos. E vai penalizar a população com mais taxas.

Então, sobre esse decreto, eu já apresentei um PDL, uma ação popular, que está nas mãos do TJ, do Tribunal de Justiça, uma representação no MP e uma outra no Tribunal de Contas, para que esse decreto seja revogado imediatamente e que esses recursos voltem para a Educação, para o Sistema Único de Saúde, para o pagamento dos aposentados, dos servidores da ativa.

Então, são 345 milhões perdidos. Nós arrecadávamos isso, aproximadamente: 414 milhões em 2021. Então, é um absurdo a gente votar esse Projeto no 752, que já tinha uma incoerên-cia, já foi extremamente rejeitado pelos servidores do Tribunal de Justiça.

As entidades representativas se colocaram totalmente con-tra e participaram ativamente contra esse projeto, porque ele atacava também os oficiais de Justiça, reduzindo pela metade as diligências, aquelas indenizações dos servidores do Tribunal de Justiça, Sr. Presidente, que seriam penalizados.

A pressão foi tão grande que o TJ recuou e encaminhou uma mensagem aditiva aqui para a Assembleia Legislativa, para retirar esse artigo, que prejudicava os oficiais de Justiça. No entanto, o projeto continua prejudicando, agora, a população como um todo.

Então, nós temos que nos mobilizar aqui contra esse pro-jeto, porque ele está me lembrando daquele projeto do Doria, o 529, que aumentou os impostos. Eu acho que o Doria voltou; o governo Doria está de volta no estado de São Paulo.

O governo Doria está dentro do governo Tarcísio; essa é a verdade, porque nós vamos ter o aumento de taxas e impostos, como fez o Doria, aprovando o PL 529, Sr. Presidente.

Então, é um absurdo. Nós temos que barrar esse projeto. É um absurdo discutir aqui a urgência de um projeto como esse, que vai penalizar a população, que já passa uma grande neces-sidade no Brasil, e sobretudo no estado de São Paulo.

E dizer ainda, Sr. Presidente, que o que nós estamos que-rendo é que o governo, mas sobretudo o Tribunal de Justiça dê o reajuste para os servidores do Judiciário, que estão em campanha salarial, fazendo várias manifestações e paralisações em várias comarcas do Estado.

Porque o governo só está dando 6% de reajuste para os servidores do TJ, quando as perdas são muitas, e eles deveriam ter no mínimo um reajuste de 31,82%, mais aqueles 10,15% do

PL 30, de 2013, que está parado aqui, pronto para ser votado. Era do próprio Tribunal de Justiça e reconhecia a dívida com os servidores do TJ.

O projeto está aqui, era do presidente do Tribunal de Justiça. Ele está em regime de urgência. Esse é o projeto que nós temos que aprovar, Sr. Presidente. Nem tem como eu pedir urgência, porque já pedi e foi aprovada a urgência. Refiro-me aqui ao PL 30, de 2013.

Esse projeto é importante; esse sim é um projeto estratégi-co e importante do Tribunal de Justiça, que nós queremos votar imediatamente aqui na Assembleia Legislativa, para repor as perdas, para quitar uma dívida salarial com os servidores e as servidoras do Judiciário.

Agora, aumentar as taxas para a população, quando o TJ tem mais de 15 bilhões de reais no seu cofre... E o governo estadual, que poderia - e pode - repassar a qualquer momento, através de uma suplementação orçamentária.

E eu já disse ao presidente do Tribunal de Justiça, em duas ocasiões, que ele tem que pedir, ele tem que requisitar, ele tem que pressionar o governador, para que o governador faça a suplementação necessária, porque há recursos no estado de São Paulo.

Nós estamos vivendo, repito: nós temos o maior orçamento de todos os tempos, 317 bilhões de reais. E que o governo pare de fazer renúncia fiscal para beneficiar grandes grupos econô-micos. Eu estou citando um apenas aqui.

Vou entrar com várias ações populares por conta dessas isenções fiscais, esses benefícios fiscais aos grandes grupos econômicos, e essas isenções são feitas sem nenhuma trans-parência.

Então é um governo covarde, porque, ao invés de atacar os grandes grupos econômicos, sonegadores - e muitos desses grupos que têm as isenções são sonegadores, estão na dívida ativa do estado de São Paulo -, não, o governo nega o dinheiro para o TJ.

O TJ tenta aumentar as custas para penalizar a população mais pobre, por isso nós estamos irmanados aqui, junto com os advogados, a OAB e toda a população, sobretudo a população carente, a população mais pobre. Esta será a mais penalizada.

Então, deputados, V. Exas. que têm votos das pessoas pobres na periferia, nas igrejas de V. Exas., por favor, não votem contra os pobres e contra as pessoas que não têm condições de acessar a Justiça. Não traíam as suas bases, os seus eleitores, deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequê-ncia aos oradores inscritos, com a palavra o deputado Barros Munhoz, para discutir a favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, senhores servidores da Assembleia Legislativa de São Paulo, senhores que nos honram na galeria, caríssimos colegas deputadas e depu-tados, vou procurar ser breve.

Eu entendo a razão dessa discussão, eu só não concordo que ela tenha demorado tanto para ocorrer. Eu acho que chega a ser até um descaso com um poder que é poder tanto quanto nós somos poder, tanto quanto o Executivo é poder. O Poder Judiciário também é um poder. É até uma certa desfeita, o pro-jeto está aqui desde 2021 e até agora não foi discutido ainda e não foi votado ainda.

Muito se falou aqui sobre defender os particulares que têm a maior renda em detrimento daqueles que têm a menor renda, os mais pobres. Muito se falou aqui em termos de mau uso de uma fábula de dinheiro que o Tribunal de Justiça de São Paulo deve ter feito ou está fazendo.

Eu gostaria de dizer que, como advogado, como ex-prefei-to, como ex-ministro, como ex-secretário da Agricultura e como deputado estadual, eu tenho muitas críticas a fazer ao Poder Judiciário, mas muitas críticas mesmo, pelo menos, ou melhor, principalmente nas instâncias menores. É salário demais, é benefício demais - não sempre, não permanentemente e não para todo mundo -, mas é a grande queixa que se faz do Poder Judiciário, principalmente no comparativo dos proventos do Judiciário em relação a todos os demais setores da sociedade paulista e brasileira.

Eu gostaria de dizer que isso, entretanto, está sendo per-manentemente corrigido, e a gente tem esperança de que sejam corrigidas essas falhas. Não há poder no mundo sem falhas, nem o nosso Legislativo, que tem algumas poucas, para não dizer muitas, mas que caminha, que faz, que melhora. E este é o sentido da vida: é nós nos darmos, nos doarmos para melhorar as coisas, e não para criticar, criticar, criticar e só criticar. Então é mais na condição de advogado - eu não posso ser militante, porque, no exercício de mandato, sou proibido de quase tudo, quase tudo -, mas eu gostaria de mostrar que, bem ao contrário do que nós ouvimos até agora, São Paulo está na liderança.

Apesar das suas falhas, que estão sendo corrigidas, o nosso está entre os três melhores Judiciários do Brasil, minha gente. É o estado de São Paulo um dos três melhores Poderes Judiciários do Brasil.

Então, muito se falou aqui, mas muito pouco se falou sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei, presidente, estabelece o limite máximo de gasto. É 49% do Executivo para remunera-ção dos servidores, 49% do Executivo, 6% do Judiciário e 3% do Legislativo, mais o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e 2% o Ministério Público, totalizando, então, todos os Poderes, máximo de 60% da receita corrente líquida.

Pois bem, eu fui saber quanto o Poder Judiciário gastou ano passado em relação a esse limite, que é o teto fixado pela União. É uma legislação federal, não é uma legislação de São Paulo.

Sabe quanto, presidente, eles gastaram? Quatro ponto setenta e um. Já chegaram a gastar 5,6%, pertinho dos 6% de limite. Agora está em 4,71% por cento. Mas será, meu Deus do Céu, que fazer o bem tá trabalho neste país? Nos faz lutar titanicamente para aprovar uma coisa boa?

E aí, o que eu mais ouvi falar é na questão dos pobres, que não terão mais como recorrer à Justiça gratuita. Em primeiro lugar, como advogado, quero fazer uma crítica. Essa Justiça gra-tuita está precisando de melhorias. Eu não quis falar isso para a presidente da OAB, que aqui esteve conosco, mas, pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! A Justiça gratuita no Brasil precisava fazer uns cursinhos de vez em quando, uma melhoria de vez em quando porque tem muita coisa a ser condenada.

Mas vamos lá. O que é São Paulo nos termos do projeto aqui encaminhado, e já melhorado? Dizer que não houve diá-logo não é correto. Houve diálogo. Tanto houve diálogo que o projeto foi melhorado. Foi melhorado.

Então, vejamos bem, minha gente, São Paulo é o primeiro colocado, está na frente, com esse projeto, de 25 outros estados brasileiros. Vocês vão dizer: “mas o Brasil tem 27 estados, não tem só vinte e seis”. É que Brasília foi tirada desse critério de cálculo aqui, porque é totalmente excepcional.

Então, São Paulo é o que cobra menos. Cobra 200 reais, e 25 outros estados do Brasil, de todos os quadrantes do Brasil, pagam valores muito maiores. Eu vou dar um exemplo.

Onde São Paulo paga 20, que é até 20 mil reais, o Piauí cobra 2.382 reais. São Paulo cobra 200 reais, e o Ceará cobra 2.017 reais. Depois, São Paulo continua sendo o primeiro colo-cado daqueles que pagam até 500 reais. Vinte e cinco estados cobram mais do que São Paulo vai cobrar depois desse projeto.

Então, vamos lá. São Paulo cobra 500 reais, Piauí, de novo, 5.151 reais e Mato Grosso do Sul 3.540 reais. Aí depois vem para 100 reais. São Paulo aí tem alguns que ficam na frente, ficam melhores do que São Paulo. O de 1.000 reais, melhor dizendo... o de 1.000 reais Alagoas fica na frente. Só um. Alago-as fica na frente de São Paulo.

São Paulo cobra 1.000 reais. Cobra, de até 100 reais, agora me confundi todo aqui. Até 500 reais, São Paulo está atrás de

Roraima, Paraná e Alagoas. Vinte e dois estados estão atrás de São Paulo, 22 estados.

E, finalmente, acima de mil reais. Esse sim, esse é o critério correto, é para os pobres menos, é o estado que menos cobra do Brasil. E, para os mais ricos, é um dos estados que cobra mais, cobra dez mil reais, só perdendo para oito estados, por-tanto, ganhando ainda de 16 estados.

Eu disse isso, podia falar muito mais, mas eu quero me limitar. Eu acho que está na hora de nós encerrarmos a discus-são, passarmos para a votação da urgência, é apenas da urgên-cia, não é do projeto em si, e depois voltarmos, talvez mais abastecidos de dados, para, encerrando a discussão, passarmos à votação da urgência.

Muito obrigado.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada Monica Seixas.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Abriendo o diálogo aqui no microfone que a gente vem conver-sando, estou tentando construir, com a liderança do Governo e com as demais lideranças, um acordo para extinguir o debate e levantar a presente sessão.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Xerife.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - PL - Exis-te um acordo para que a gente encerre a discussão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então não havendo mais oradores inscritos para discutir o presente pro-jeto...

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - O reque-rimento de urgência, antes, porém, de levantar a sessão, eu gostaria de convocar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, no Art. 100, inciso I do Regimento Interno, convocando V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

\* \* \*
- NR - A Ordem do Dia para a 15ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 31/05/2023.
\* \* \*

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. O acordo firmamos da seguinte forma, encerramos a discussão aqui para votar o projeto na próxima semana, na terça-feira, ok?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então, não havendo mais oradores inscritos para a discussão, está encerra-da a discussão. Havendo acordo de lideranças e a solicitação da deputada Monica Seixas, antes, porém, também de levantar a sessão, gostaria de dizer que estão entre nós os vereadores da cidade de Boa Esperança do Sul, Maurício da Bebel, o presiden-te da Câmara, Daniel, e o vereador Vanderlei. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

E o ex-prefeito de Bocaina também, o Kiko, presente cono-sco. Sejam todos bem-vindos.

Então, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 33 minutos.

\* \* \*

## 30 DE MAIO DE 2023

## 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

<p>Presidência: ANDRÉ DO PRADO</p>
------------------------------------

### RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação, separadamente, e declara aprovados o PDL 5/23 e o PDL 7/23. Coloca em votação e declara aprovado o requerimento, da deputada Andréa Werner e outros, de constituição de uma comissão de representação com a finalidade de “participar da audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para debater as denúncias sobre o cancelamento unilateral do Plano de Saúde Unimed Nacional de pessoas com transtorno do espectro autista e para o lançamento da Frente Parlamentar de Proteção às Pessoas com TEA, na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 30/05”. Encerra a sessão.
\* \* \*
- Abre a sessão o Sr. André do Prado.
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

\* \* \*

- Passa-se à

<p>ORDEM DO DIA</p>
---------------------

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2023, de autoria da Mesa.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encer-rada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2 - Discussão e votação do Projeto de decreto legisla-tivo nº 7, de 2023, de autoria da Mesa.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encer-rada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Votação do Requerimento nº 928, de 2023, de autoria da deputada Andréa Werner e outros, que propõe a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar de uma audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater denúncia sobre o cancelamento unilateral do plano de saúde Unimed Nacional, de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, e para o lança-mento da Frente Parlamentar de Proteção às Pessoas com TEA na Câmara dos Deputados em Brasília, no dia 30 de maio de 2023, sem ônus para este Poder.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Só para retificar: os dois PDLs que foram aprovados são de autoria da Mesa, e não do governador.

Nada mais havendo a tratar na nossa sessão extraordinária, está levantada a sessão.

\* \* \*

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 44 minutos.

\* \* \*